

## Quando um militar se queixa

Chegaram-me à mão os desabafos públicos do comandante da [Base Aérea n.º 5 \(Monte Real\)](#) sobre a falta de pessoal na sua unidade que, diga-se, é a base mais operacional da Força Aérea, pois a ela compete a defesa do espaço aéreo nacional através da imediata intercepção de qualquer ameaça.

Chegar a este extremo é chegar ao limite daquilo que é deontologicamente admissível. Daqui para a frente só falta a ofensa pública aos Governos, aos órgãos de soberania e aos políticos em geral. Ofensa, porque se está maliciosamente, ou em nome de um equilíbrio orçamental, a transferir as culpas de um colapso defensivo da Nação portuguesa para a incapacidade dos militares. Entre esta situação e a que o Estado Novo criou com o prolongamento da guerra colonial, colocando as Forças Armadas na contingência de poderem ser responsáveis por uma derrota frente aos guerrilheiros, não há diferença nenhuma. A única nota dissonante é que, agora, vivemos em democracia e não em ditadura, embora, quase pela certa, estejamos sujeitos à ditadura financeira imposta por Bruxelas.

Dirão alguns dos meus leitores e amigos que não estamos em guerra e ninguém nos quer atacar! É certo..., mas recordem o 11 de Setembro, em Nova Iorque, e digam-me com quem estavam em guerra os EUA, ou o 11 de Março, em Madrid, e interroguem-se sobre quem era o inimigo da Espanha.

Actualmente não se tem de estar em guerra para se ser vítima de um ataque de qualquer natureza. Basta que uma organização terrorista queira espalhar o pânico internacional e surge a investida inesperada. Preveni-la é a missão das Forças Armadas. Uma missão imposta pela vontade dos Portugueses e imposta por uma obrigação constitucional. Falhar no cumprimento dessa obrigação é colocar os militares perante o tribunal da opinião pública. E perante ele já estão as Forças Armadas, aviltadas pelo roubo de armamento em Tancos. Um roubo que se consumou – até prova em contrário – porque a segurança falhou por falta de pessoal e de material dissuasor de tal assalto.

Senhor Presidente da República, Senhor Primeiro-Ministro – a indigitar ou cessante – a responsabilidade moral e política da mísera situação a que chegaram as Forças Armadas de Portugal é do vosso exclusivo encargo! Assumam-na com igual coragem à dos militares, que, agora, vêm denunciar com tempo – ou, talvez, já sem ele – a impossibilidade de cumprir aquilo a que estão obrigados ou se cumprirem será à custa de esforços, vidas e perdas materiais, que vos devem ficar a pesar na consciência.

Basta de tirania financeira! Basta de cortes em orçamentos vitais! Basta de se esconderem atrás de eleições que, julgam, vos desculpam a responsabilidade perante o profissionalismo daqueles que juraram dar a vida por Portugal, se tal for preciso, mas, dar a vida depois de serem suficientes e estarem equipados com o necessário para cumprir essa obrigação. Só assim se poderá observar um juramento sagrado e irrevogável que não acaba após um ciclo eleitoral.

**Coronel Luís Alves de Fraga**